Café

CNC APONTA PREOCUPAÇÕES E NECESSIDADES DO SETOR

Paulo André Colucci Kawasaki*

O SETOR produtor da cafeicultura brasileira, há tempos, convive com dificuldades diversas, as quais emergiram ao longo dos últimos anos, gerando, aos cafeicultores, a equivocada fama de insatisfeitos por reclamarem da falta de – e batalharem por – estruturação de políticas públicas e privadas que possibilitem um cenário de equilíbrio e rentabilidade.

Passados dois anos de preços aviltados, a virada de 2013 para 2014 esboçou uma reação nas cotações, motivada por fatores múltiplos, entre os quais prognósticos de safras menores na América Central, devido ao impacto da ferrugem; na Colômbia, com o processo de recuperação da renovação de seus cafezais; e no Brasil, onde o excesso de chuvas em dezembro e o veranico do primeiro bimestre de 2014 geraram preocupações sobre a colheita.

As cotações tocaram máximas não vistas desde 2012 na Bolsa de Nova York, e o mercado físico acompanhou. Pronto! Cenário ideal para comentários como: "cafeicultor é que está bem", "cafeicultor está rico", "vou mudar 'pro' café para ganhar dinheiro" etc. Esses pseudoentusiastas esquecem-se, porém, do acúmulo de dívidas que o setor viveu ao longo de aproximadamente uma década – começo dos anos 2000 até 2010 – e, mais recentemente, em 2012 e 2013. Esse contexto relata apenas alguns de muitos cenários de amnésia relacionada à cafeicultura brasileira, seja por agentes de fora da cadeia, seja em seu âmbito privado ou, principalmente, governamental.

Como acabar com essa visão? O presidente executivo do Conselho Nacional do Café (CNC), Silas Brasileiro, recomenda o consenso entre os elos do setor privado e sinergia com os órgãos governamentais responsáveis pela gestão do café. "Produção, exportação e indústrias possuem pontos divergentes, mas um grande passo para caminharmos na mesma direção foi dado no final de 2013, quando o CNC e a OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) realizaram o seminário 'Rumos da Política Cafeeira no Brasil', o que possibilitou o alinhamento das prioridades do setor, as quais foram elencadas no Projeto Rumos", destaca.

Por outro lado, ele aponta que o excesso de mudanças ocorridas no *staff* responsável pela cafeicultura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) tem complicado a elaboração e o desenvolvimento de políticas proativas e estruturantes para o setor. "Infelizmente, as alterações travaram a implantação do Projeto Rumos e de políticas públicas para o café, de forma que a liberação de recursos do Funcafé, em 2014, veio um pouco atrasada e não ocorreu de forma unificada, além de terem impedido qualquer utilização de instrumentos de mercado disponíveis para apoiar a produção", lamenta.

Também como reflexo da falta de sinergia na gestão, vemos inúmeras especulações a respeito do tamanho das colheitas brasileiras de café, cujos volumes "estimados" apresentam discrepâncias superiores a 10 milhões de sacas para a mesma safra. "As lideranças do setor produtor mantêm sua preocupação em relação a esse assunto, até porque há contradições por parte do próprio Governo, que adota dois institutos diferentes para o levantamento, um ligado ao Ministério da Agricultura e outro ao Ministério do Planejamento, fazendo com que a especulação continue sendo usada em larga escala, causando incerteza no mercado", explica Brasileiro.

O presidente do CNC recorda que o Brasil já possui instrumentos necessários para aflorar a clareza dos números e, portanto, entende que é hora de realizar um estudo para harmonizar as ferramentas disponíveis e trabalhar de forma inteli-

> "SE O BRASIL NÃO POSSUIR UMA ESTATÍSTICA EFICIENTE E CONFIÁVEL, NÃO SERÁ CAPAZ DE REBATER AS INÚMERAS ESPECULAÇÕES EXISTENTES."



Silas Brasileiro, presidente executivo do Conselho Nacional do Café (CNC)


SHUTTERSTOCK

gente para informar ao mundo qual é o nosso parque cafeeiro, a nossa produção e quanto temos de estoque. "Nesse sentido, a unificação dos anúncios e a implantação do georreferenciamento são extremamente necessários. Além disso, vemos com bons olhos a realização de um trabalho com os demais segmentos da cadeia produtiva (exportação e indústrias) para a divulgação conjunta de documentos estatísticos ao mercado, para que todos passem a ter respeito pela posição brasileira", argumenta. Brasileiro completa: "se o Brasil não possuir uma estatística eficiente e confiável, não será capaz de rebater as inúmeras especulações existentes".

A falta de critérios e a não revisão anual dos preços mínimos de garantia para níveis condizentes com a realidade dos custos de produção do café são outros pontos que preocupam as lideranças do setor. Em 2013, após quatro anos de congelamento, o governo federal elevou o preço mínimo do Arábica para R$ 307,00 por saca frente aos R$ 261,69 estipulados em 2009. "Contudo, estudo sobre os custos de produção realizado pela Conab, no ano passado, apresentou uma média de R$ 336,13 por saca, o que não nos permite aceitar os R$ 307, bem abaixo dos gastos na produção, definidos pela área econômica", critica Brasileiro. Em 2014, o valor do Arábica não foi atualizado, mesmo diante da elevação constante dos custos de produção. Já o preço mínimo do Conilon saiu de R$ 156,57 – em vigência desde 2009 – para R$ 180,80 por saca em 2014, valor que também começa a ficar defasado para a variedade, segundo o CNC.

Com o objetivo de melhorar esse cenário, o Conselho informa que, em reunião realizada em novembro último, deu o primeiro passo para uma proposta a ser encaminhada pelo setor ao Governo. Técnicos da Universidade Federal de Lavras (UFLA), em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), realizaram levantamentos dos custos nas diversas áreas produtoras do Brasil e apresentaram os valores atuais, os quais serão contrastados com os custos apurados pelas cooperativas associadas ao CNC para alcançar a média que servirá de embasamento à indicação aos Ministérios vinculados à atividade cafeeira.

"Na cafeicultura, todos reconhecem o elevado custo resultante da mão de obra, dos encargos sociais, dos defensivos e fertilizantes, dos maquinários, do combustível etc., que refletem diretamente na renda do produtor. Esse cenário, aliado a preços de mercado abaixo dos gastos na produção por falta de um 'colchão' gerado por preço mínimo real, tem feito com que muitos cafeicultores, ao longo dos últimos anos, desfaçam-se de seu patrimônio para honrar os compromissos financeiros assumidos", lamenta o presidente do CNC, que completa recordando que a seca de dez meses em 2014 complicou ainda mais a rentabilidade.

O representante da produção cita, ainda, que há preocupação quanto ao Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), a respeito do qual o Governo tem autorizado a liberação dos recursos com certo atraso nas safras recentes, além de não fazer o anúncio unificado dos valores destinados a cada linha de financiamento. "Assim que estiver formatada a estrutura governamental – após as eleições –, entraremos em contato com o Ministério da Agricultura para apurarmos o ativo do Fundo e definirmos uma melhor aplicação de seus recursos, sendo possível até pensarmos em meios que gerem uma 'realimentação' dos valores do Funcafé", comenta Silas Brasileiro.

Um melhor ordenamento e o incremento de recursos no Fundo podem ser o ponto-chave para melhorar a promoção dos cafés do Brasil, que é um problema reconhecido por todos os elos do setor privado. "Aliado a isso, entendemos como crucial a organização da cadeia produtiva para promover a produção sustentável de café no Brasil, o único país com leis sociais e ambientais corretas", indica.

A esse respeito, o presidente do Conselho recorda que a entidade deu um passo inicial, na 113ª Sessão do Conselho Internacional do Café da OIC (Organização Internacional do Café), realizada de 22 a 26 de setembro de 2014, em Londres (Inglaterra), oportunidade em que apresentou a todas as delegações cafeeiras presentes no encontro o vídeo institucional "Cafés do Brasil: um negócio sustentável do pequeno ao grande produtor", demonstrando as características da cafeicultura nacional e destacando os comprometimentos econômico, ambiental e social da atividade em busca da sustentabilidade do setor.

O vídeo também trata da promoção da base da cadeia produtiva no Brasil, apresentando uma estrutura pujante, envolvendo cooperativas, exportadores e indústrias, que consegue dar liquidez ao mercado. "Esse alicerce secular, que se aperfeiçoa com o passar do tempo, precisa ser divulgado internacionalmente, frisando todo o trabalho desenvolvido para comércio, exportação, pesquisa cafeeira etc., pois essa base que o Brasil possui fortalece preços, dá credibilidade e cria parcerias de mercado", conclui o presidente do CNC. ■

* Jornalista profissional, diretor de Comunicação do Conselho Nacional do Café (CNC) e assessor de imprensa da Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA)